



## Rubens P. Cysne

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com doutorado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (RJ) e pós-doutorado pela University of Chicago. É professor associado da FGV-RJ e diretor do Instituto Superior de Economia e Finanças.

### CEO Brasil: Como está a transparência do setor público no Brasil?

**Rubens P. Cysne:** No que diz respeito às relações com investidores e a algumas práticas de transparência usualmente consideradas para efeito de avaliação internacional, o Brasil não vai mal, pelo menos entre os países considerados emergentes. Dados recentes divulgados em maio de 2006 pelo Institute of International Finance (IIF) colocam o Brasil em primeiro lugar, em 2006, em uma lista de 32 países emergentes. Há, entretanto, problemas a serem resolvidos.

### Quais os principais reflexos da falta de maior transparência?

A falta de transparência nas informações pode elevar os prêmios de *spread* da dívida pública, aumentar os custos de comunicação dos contribuintes com agências públicas, impedir a disseminação de informações importantes para decisões políticas, escolhas públicas, efetivação de importantes pesquisas versando sobre questões orçamentárias e fiscais. E a falta de transparência decisória, na condução do orçamento, pode gerar outras ineficiências. Uma das conseqüências do processo orçamentário federal brasileiro, onde vários atores se queixam da falta de transparência decisória na execução,

é o contingenciamento, efetuado pelo Tesouro Nacional, de recursos já aprovados na Lei Orçamentária Anual.

### Que medidas o Sr. considera essenciais no sentido de ampliar a transparência do setor público em geral?

Há um caminho a se percorrer na explicitação de subsídios ao crédito, renúncias fiscais e gastos com políticas de preços mínimos. É preciso também que o consumidor passe a ter mais consciência da carga de impostos indiretos que está pagando ao consumir bens e serviços. Precisamos, ainda, compatibilizar o cálculo das necessidades de financiamento do setor público chamado efetuado pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, no que estamos observando êxitos progressivos. Isto é fundamental para o país parar de discutir preponderantemente pontos macroeconômicos como déficits e taxas de juros, e concentrar-se no que interessa do ponto de vista de crescimento: os investimentos e a qualidade das despesas públicas. Mas quanto à transparência decisória estamos ainda no primeiro estágio. A peça decisória central é o orçamento público. No Brasil o Legislativo sempre teve influência relativamente reduzida na determinação efetiva do orçamento.

### Há modelos em outros países em desenvolvimento a serem seguidos?

Um país notório pelas suas estatísticas fiscais é a Nova Zelândia, cuja lei de responsabilidade fiscal, aprovada em 1994, serviu de base para a nossa, de 2000. Naquele país, a contabilidade apresenta-se sob o critério de competência.

### Nos EUA as contas do governo federal são analisadas pelo GAO, o braço contábil do Congresso americano. No Brasil, o que poderia ser adotado?

No Brasil a execução do orçamento federal é revisada pelo Tribunal de Contas da União, parte integrante do Legislativo. A Constituição de 1988, estabelece que o Congresso tem o poder de escolher dois terços dos membros do TCU e de controlar as ações do Executivo, a execução do Orçamento em particular. O Congresso, entretanto, costuma se mostrar muito interessado na elaboração do orçamento e relativamente pouco no seu posterior controle através do Tribunal. Isto em parte se deve ao fato de o Executivo ter o poder de não liberar verbas orçamentárias aprovadas pelo Congresso. A solução para o problema passa, entre outras iniciativas, pelo fortalecimento da instituição orçamentária.